

ANC P 2

ANC

Coluna do Castello

Sarney com força para decidir

O presidente José Sarney, segundo a observação de políticos a ele muito chegados, está confiante em que vencerá o episódio da definição do sistema de governo na Constituinte. Ele está negociando no pressuposto de dispor do apoio da maioria da Comissão de Sistematização para, se necessário, fazer vitoriosa a emenda Theodoro Mendes, que aumenta os poderes do Congresso sem entretanto chegar ao parlamentarismo. O presidente, contudo, não teria eliminado ainda a hipótese da composição desde que a implantação do novo sistema seja programada para depois do seu governo. Em qualquer hipótese ele acha que ganha.



O senador Fernando Henrique Cardoso, embora observando que o presidente não está conversando com as pessoas com quem deve conversar, como, por exemplo, ele mesmo, na qualidade de líder do PMDB no Senado, admite que permanece com o sr. Sarney o poder de negociar ou de enfrentar resistências à sua diretriz política se esse for o desfecho das tentativas de negociação em curso. O parlamentarismo, se introduzido ainda sob o mandato do atual presidente, lhe daria o poder de administrar a crise, promovendo o advento de nova correlação de forças na formação do gabinete. Isso lhe permitiria abrir o leque dos entendimentos e organizar esquemas de poder que englobem desde o PMDB ao PDS ou ao PT, conforme o rumo dos entendimentos. Sobretudo estaria aberto o caminho para negociar um pacto nacional.

Entende o senador Cardoso que o presidente ainda não tem adversário para disputar-lhe o comando das decisões políticas. Todo o espectro político nacional está voltado para a conclusão do período de transição e preparado para adotar posições que sejam as mais úteis ao país. Uma eventual cisão criaria problemas para todos, impondo-se portanto a solução consensual, abrangendo toda a superfície de apoio da sociedade. O chefe do governo manteve até aqui a condição de condutor do

processo. Aparentemente, a maioria da Constituinte marcharia para a adoção do parlamentarismo. Na prática, todavia, sabe-se que o presidente da República dispõe da condição de dominar o episódio. Mas sua vitória, se imposta à vontade da maioria, teria como efeito tornar precário e suscetível de contestação continuada e progressiva o sistema de governo que dela resultar.

Para que haja horizonte e prevaleça a negociação e o consenso, o presidente não pode adiar mais a apresentação de uma fórmula. O sr. Ulysses Guimarães está imbuído do propósito de compor a situação. A ele, Fernando Henrique Cardoso, só interessa o melhor que se possa fazer pelo país. E ele percebe que isso tem de ser feito com a adesão do presidente da República, que politicamente controla o episódio. A volta do senador Marco Maciel ao cenário nacional é um fator a considerar no recrudescimento da posição do presidente em favor do presidencialismo.

Já o deputado Fernando Santana, veterano na atividade parlamentar e política, acha que não vai haver acordo. A cada dia mais distante fica a hipótese do entendimento e o presidente teria demonstrado poder de conduzir o episódio segundo seus interesses políticos. O sr. Sarney ganhará. O senador José Richa, no entanto, continuou ontem, quando se encontrou com o presidente, confiante numa solução negociada. Se não houver entendimento entre as diversas correntes parlamentaristas, ele iria ao ponto de votar pela emenda Theodoro Mendes. O sr. Richa, como se tem publicado, é um candidato forte a primeiro-ministro se o sistema for adotado ainda sob a presidência Sarney, segundo a fórmula consensual.

Admite-se, todavia, que, na remota hipótese de ser derrotado na Comissão de Sistematização e na Constituinte, que lhe imporiam o parlamentarismo pleno para ser praticado logo depois da promulgação da nova Carta, o chefe do governo poderia, segundo especulações correntes, apresentar à Câmara para primeiro-ministro o nome do general Leônidas Pires Gonçalves.

JORNAL DO BRASIL